



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA



HOJE

Oliveira e Costa ouvido no Parlamento

O antigo presidente do Banco Português de Negócios (BPN) vai ser ouvido hoje, pelas 14h30, no Parlamento, mas poderá recusar responder a questões relacionadas com o processo de que é arguido.

“Poderá não conseguir dar algumas respostas sem pôr em causa a sua defesa no processo de que é arguido”, disse fonte judicial, referindo-se ao

facto de Oliveira e Costa se encontrar em prisão preventiva por suspeitas de burla, branqueamento de capitais e outros crimes alegadamente cometidos quando se encontrava à frente do banco. Oliveira e Costa deverá, por isso, abster-se de responder a questões que o possam incriminar, mesmo que a Comissão de Inquérito Parlamentar à Nacionalização do BPN chegue a acordo quanto a pedir o levantamento do sigilo de justiça e do sigilo bancário nas audições em curso.



DESTAQUE
COMISSÃO DE
INQUÉRITO
AO BPN

{DE}

JUIZ DÁ AVAL A SILÊNCIO DE OLIVEIRA COSTA

**EX-BANQUEIRO VAI HOJE AO PARLAMENTO.
DEPUTADOS EXIGEM EXPLICAÇÕES SOBRE BPN.**

{ Mário Baptista
mbaptista@economicasgpps.com

■ **PROCESSOS**

As investigações do Banco de Portugal ao BPN resultaram em seis processos de contra-ordenação.

6

■ **PREJUÍZO**

Nos primeiros nove meses de 2008, o BPN, nacionalizado e integrado na CGD, teve um prejuízo de 65 milhões de euros.

65 milhões

O juiz de instrução criminal que coordena a investigação ao BPN abriu a porta a um eventual silêncio de Oliveira e Costa, na audição a que será sujeito hoje na Comissão Parlamentar de inquérito. O Diário Económico sabe que, juntamente com a autorização para que o ex-banqueiro seja ouvido hoje, Carlos Alexandre fez saber que, tal como já aconteceu nas suas explicações à justiça, o arguido pode remeter-se ao silêncio durante o interrogatório de hoje na Assembleia da República. Um aval que é, simultaneamente, um aviso aos deputados.

O juiz titular da investigação ao BPN, Carlos Alexandre ainda não se pronunciou publicamente sobre o caso, mas a directora do DCIAP, Cândida Almeida, que coordena a equipa de investigadores do Ministério Público já fez saber que não vê com bons olhos a comissão parlamentar de inquérito por ser "negativa para a investigação criminal".

A ida de um preso preventivo ao Parlamento é um gesto que todos os deputados consideram inédito, mas justificado. Precisamente por ser a primeira vez, ninguém sabe o que esperar. "Será um circo mediático", assegura um deputado ao Diário Económico mas o objectivo é a serenidade: "Não haverá um grande aparato policial, mas vamos tomar as medidas de segurança adequadas para a situação", diz o gabinete de segurança do Parlamento.

As expectativas dos parlamentares sobre as declarações do antigo presidente do BPN não são elevadas. "Na situação em que está, acho que não vai responder a nada e invocar o segredo de justiça", diz Miguel Macedo. Este antigo secretário de Estado da Justiça acrescenta que, "em regra, se alguém se recusa a responder a perguntas que não estejam em segredo de justiça, a comissão de inquérito deve participar ao Ministério Público".

A presidente da comissão de inquérito está esperançosa, e considera que o facto de os depu-

É a primeira vez que um preso preventivo vai ao Parlamento para ser ouvido numa comissão de inquérito.

Ninguém sabe se Oliveira Costa vai aceitar responder às perguntas dos deputados.

tados não terem competência em termos de investigação criminal até pode ser uma vantagem: "Pode ser um bom sítio para ele revelar a sua versão dos acontecimentos", diz a antiga ministra da Saúde, que prevê que a reunião seja à porta fechada "por haver matérias em segredo de justiça". Maria de Belém, aliás, espera que as fugas de informação típicas das comissões de inquérito não se repitam: "Não sou polícia dos deputados, todos conhecem as regras".

PS e PSD partilham o entendimento: o sucesso da reunião está nas mãos de Oliveira e Costa ao optar por responder, ou não, às perguntas dos deputados. O seu advogado não atende os jornalistas e ninguém sabe o que vai acontecer. Com maior ou menor expectativa, uma coisa é certa: todos concordam que Oliveira Costa devia "esclarecer as irregularidades e eventuais ilegalidades cometidas no BPN", sintetiza João Semedo, do Bloco de Esquerda. ■ **com FT.**

Oliveira e Costa no momento em que chegava à Boa Hora, momentos depois de ter sido detido

Paulo Alexandre Coelho

Comissão

A SITUAÇÃO NO BPN que

{ Marta Reis
mreis@economicasgpps.com

A banca e a supervisão voltam, hoje, a estar na génese de uma comissão de inquérito parlamentar, depois de um ano em que o sector foi abalado por casos de alegadas irregularidades, fraudes e crimes de mercado. Depois do BCP, o centro das atenções é agora o BPN, que o Governo nacionalizou em Novembro do ano passado.

A actual comissão de inquérito, presidida pela deputada socialista Maria de Belém Roseira, visa apurar a situação de ruptura do BPN e os fundamentos que levaram à sua nacionalização. Os objectivos passam por saber quais os factos ou situações que contribuíram para facilitar, estimular ou ocultar o conjunto de irregularidades agora detectadas (ver caixa ao lado) ou para a sua não detecção atempada. E, neste âmbito, se existem eventuais insuficiências, nomeadamente de enquadramento legislativo, que tenham



MARIA DE BELÉM
Presidente comissão de inquérito



RICARDO RODRIGUES
Coordenador do PS



HUGO VELOSA
Coordenador do PSD



NUNO MELO
Coordenador do CDS

■ "A comissão de inquérito parlamentar até pode ser um bom sítio para Oliveira e Costa falar porque estão em causa responsabilidades políticas e administrativas, e não criminais. As audições são, por princípio, públicas, mas, nesta, há a questão do segredo de justiça".

■ "Não tenho nenhuma expectativa relativamente à audição desta tarde. Há questões que vão estar sob segredo de justiça, e outras que não. Não sabendo a atitude com que Oliveira e Costa vai ao Parlamento, não me pronuncio sobre as perguntas que o PS fará".

■ "A utilidade desta audição é imprevisível devido à situação em que Oliveira e Costa se encontra, mas podia ser muito útil se ele se dispusesse a esclarecer o Parlamento sobre se a regulação financeira funcionou ou não e como se chegou à actual situação".

■ "Tenho a expectativa que Oliveira e Costa não invoque o segredo profissional bancário e que queira ajudar o Parlamento a perceber o que se passou na gestão do BPN. Se o Governador do Banco de Portugal já falou sobre isso, seguramente que ele também pode falar".



aponta armas à gestão e supervisão

levou à sua nacionalização e a supervisão do Banco de Portugal são o foco dos deputados.

Comissão de inquérito parlamentar, criada em Dezembro, pretende fazer o apuramento da situação de ruptura do BPN e dos fundamentos que levaram à nacionalização do banco.

facilitado ou permitido essas irregularidades. Tal como a anterior comissão de inquérito - ao caso BCP - esta pretende analisar o papel da supervisão, concretamente a actuação do Banco de Portugal. O objectivo é aferir como o regulador cumpriu os seus deveres, bem como as suas responsabilidades e dos seus dirigentes. Apesar de idênticas nos objectivos de base, estas duas comissões poderão diferenciar-se em termos de desfecho. Isto porque os deputados dos grupos parlamentares, representados na comissão de inquérito à nacionalização do BPN, manifestaram a intenção de recorrer a tribunal se necessário, para que os sigilos profissionais possam ser levantados. Aparentemente há uma unanimidade entre os deputados nesse sentido. Na comissão de inquérito que se debruçou sobre o caso BCP e a supervisão houve requerimentos para que fosse pedido o levantamento do sigilo profissional, mas PS e PSD chumbaram as propostas. ■

Processo longe do fim

■ Primeiro foram as descobertas de eventuais irregularidades envolvendo sociedades 'off shore', o Banco Insular (Cabo Verde) e dúvidas sobre a saúde financeira do BPN. O Banco de Portugal acentuou a investigação ao banco em 2008 e instaurou meia dúzia de processos de contra-ordenação, fazendo ainda chegar ao

Ministério Público uma participação sobre alegadas irregularidades na gestão do BPN. Entretanto, em Novembro, o ex-presidente do banco, José Oliveira Costa, foi detido e mantido em prisão preventiva, no âmbito da Operação Furacão, por suspeita de burla agravada, falsificação de documentos e fraude de capitais.



Pinto Monteiro recusou ontem fazer qualquer comentário à ida de Oliveira e Costa à Comissão Parlamentar de Inquérito.

DESTAQUE
COMISSÃO DE
INQUÉRITO
AO BPN

{DE}

■ BURACO

O buraco financeiro do BPN, herdado pela CGD, ascende a cerca de 700 milhões de euros.

700 milhões

■ COMPOSIÇÃO

A comissão inquérito parlamentar à gestão e ao processo que levou à nacionalização do BPN tem representantes de todas as bancadas. No total, são 25 deputados.

■ COMISSÕES

Número de comissões de inquérito no Parlamento também investigadas pela Justiça

5

Investigações cruzadas levantam dúvidas na Justiça

JÁ HOUVE CINCO INVESTIGAÇÕES em paralelo na Justiça e no Parlamento, mas no Ministério Público o assunto está longe de reunir o consenso entre magistrados.

{ Mário Baptista e Susana Represas
mbaptista@economicasgps.com

De Camarate ao envelope 9, passando pelo BCP, o desastre de Entre-os-Rios e terminando na Junta Autónoma de Estradas, foram cinco as vezes em que, nos últimos trinta anos, a Assembleia da República e os juízes investigaram, em paralelo, a mesma coisa. Sem, como hoje, as investigações cruzarem-se, nem sempre com resultados idênticos, e talvez por isso o assunto está a ser encarado com prudência - e divergências - dentro do Ministério Público. A directora do DCIAP Cândida Almeida insistiu que, "havendo uma investigação criminal, haver um inquérito parlamentar é negativo", mas Maria José Morgado discorda: separadas as interferências da política na justiça, "as comis-

sões de inquérito parlamentar podem prosseguir paralelamente, dado que se desenvolvem independentemente, sem interferências mútuas e com finalidades distintas - a política e a judicial", considerou a jurista, num artigo de opinião publicado no "Semanário Económico". Para além de Maria José Morgado, também os deputados não gostaram das palavras da procuradora do DCIAP e responsável pela "Operação Furacão", em entrevista do DN e à TSF sobre o inquérito parlamentar ao BPN. Ao mesmo tempo que os deputados começam a analisar a gestão do BPN e o processo que levou à nacionalização do banco, o Ministério Público está a investigar vários antigos administradores

do banco pela prática de crimes como o branqueamento de capital, fraude fiscal e burla agravada (ver página anterior). Um dos que discordou das palavras de Cândida Almeida foi o antigo ministro da Justiça de António Guterres, Vera Jardim que considera que a procuradora "não se exprimiu nos termos mais adequados". Agora, o Procurador-geral da República parece secundar esta opinião. Depois de Pinto Monteiro, o juiz que tem a seu cargo o processo autorizou a ida do antigo presidente do Banco Português de Negócios à comissão parlamentar de inquérito que analisa não só a gestão, mas também o processo de nacionalização do banco. ■



**ASSEMBLEIA REFORÇA SEGURANÇA**

Juiz apoia silêncio de Oliveira Costa no Parlamento

HOJE
Fundador
do BPN vai
à Comissão
de Inquérito

O EX-PRESIDENTE DO BPN
PODERÁ FICAR EM SILÊNCIO
NA COMISSÃO DE INQUÉRITO.
JUIZ DE INSTRUÇÃO ALERTA
DEPUTADOS PARA ESSA
POSSIBILIDADE. P4 a 6

José Oliveira Costa,
ex-presidente do BPN,
no dia da sua detenção



EX-PRESIDENTE DO BPN TEM DIREITO AO SILÊNCIO

OLIVEIRA E COSTA ouvido hoje no Parlamento

O antigo presidente do Banco Português de Negócios (BPN), José Oliveira e Costa, vai ser ouvido hoje no Parlamento, mas poderá recusar-se a responder a questões relacionadas com o processo de que é arguido, disseram ontem à agência Lusa fontes judiciais.

O antigo administrador do BPN vai ser ouvido pelas 14h30 no âmbito da Comissão de Inquérito Parlamentar à supervisão e à situação que levou à nacionalização do banco.

“[Oliveira e Costa] poderá não conseguir dar algumas respostas sem pôr em causa a sua defesa no processo de que é arguido”,

afirmou à Lusa fonte judicial, referindo-se ao facto de Oliveira e Costa se encontrar em prisão preventiva por suspeitas de burla, branqueamento de capitais e outros crimes alegadamente cometidos quando se encontrava à frente do banco.

Oliveira e Costa deverá, por isso, abster-se de responder a questões que o possam incriminar – um direito seu enquanto arguido – mesmo que os partidos que integram a Comissão de Inquérito Parlamentar à Nacionalização do BPN cheguem a acordo quanto a pedirem o levantamento do segredo de justiça e do sigilo bancário, nas audições em curso. ■





BPN APROVA PLANO DE RECUPERAÇÃO

O conselho de administração do Banco Português de Negócios (BPN) aprovou ontem o relatório de gestão do banco, que apresenta as propostas de Francisco Bandeira para o futuro da instituição. Segundo o *24horas* conseguiu apurar, este relatório apresenta três hipóteses para o BPN. A mais forte destas passa pela entrega da gestão de toda a rede retalhista do banco a outra instituição, mas a administração de Francisco Bandeira deixa ainda em aberto a possibilidade de uma absorção dos negócios do BPN pela Caixa Geral de Depósitos (CGD) ou a recuperação financeira do banco até que este possa ser vendido. O relatório deverá ser hoje aprovado pelo conselho de administração da CGD, sendo depois enviado ao ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, a quem compete decidir o rumo a seguir.

JOÃO CRISTÓVÃO BAPTISTA

OPINIÃO

a cor do dinheiro



CAMILO LOURENÇO

Marca BPN? Qual marca?

A Caixa Geral de Depósitos quer acabar com a marca BPN. Já não era sem tempo. Não há nada no BPN que justifique a manutenção do nome. Sobretudo depois de se conhecer a extensão dos seus problemas (é verdade que a administração concluiu que o buraco do banco é superior a 1,8 mil milhões de euros?) e do dinheiro que a CGD já lá teve de meter.

Vejamos. O interesse do Estado, quando nacionalizou o BPN, era evitar um risco sistémico. Em português corrente isto significa corrida aos depósitos. Se assim era, mais valia o Estado ter-se limitado a garantir os depósitos, liquidando depois a instituição.

Não foi essa a via adoptada (como já tinha acontecido em Portugal com outras instituições) e as consequências estão à vista: quanto mais a nova administração escava a contabilidade do BPN, mais surpresas vão surgindo. Não valia a pena deixar nas mãos dos accionistas, que não fiscalizaram a vergonhosa gestão (?) de Oliveira e Costa e seus aliados, o ónus de cobrir o buraco do banco?

Se a Caixa e o Estado querem fazer alguma coisa pelo contribuinte português (quem vai pagar o aumento de capital da CGD para financiar o "bail-out" do BPN) tem duas opções: acabar com as ruinosas taxas de juro que paga pelos depósitos (em alguns casos o dobro da de outros bancos) e extinguir o nome "BPN". É que a marca BPN é hoje mais uma "liability" do que um "asset". Qualquer marketer de vão de escada percebe isso.

COMISSÃO DE INQUÉRITO

Oliveira e Costa sem algemas

■ O ex-presidente do Banco Português de Negócios (BPN), José Oliveira e Costa, vai ser acompanhado por pessoal dos serviços prisionais ou por agentes da Polícia Judiciária (PJ) no seu transporte até à Assembleia da República, onde será ouvido pela comissão de inquérito constituída para investigar o caso BPN, liderada pela deputada socialista Maria de Belém Roseira.

Segundo apurou o **CM**, a adiantada idade do detido (mais de 70 anos), o seu estado de saúde e o facto de “não apresentar perigo de fuga” farão com que seja transportado sem algemas.

Se o transporte ficar a cargo dos serviços prisionais, Oliveira e Costa será transportado num carro celular como qualquer outro detido. Se o transporte ficar a cargo da PJ, o ex-banqueiro deverá ser transportado num carro particular acompanhado por dois agentes. ■ **M.A.G.**



José Oliveira e Costa

BANCA

Parlamento ouve Oliveira Costa à porta fechada

Antigo presidente do Banco Português de Negócios é o primeiro dos seis convocados a falar no inquérito à nacionalização da instituição

Maria João Gago
mjgago@mediafin.pt

O antigo presidente do Banco Português de Negócios (BPN), José de Oliveira Costa, vai hoje abandonar, por algumas horas, a zona prisional da Polícia Judiciária, para prestar esclarecimentos na comissão parlamentar de inquérito à nacionalização do BPN. No entanto, as explicações do gestor serão ouvidas apenas pelos deputados, uma vez que a audição terá lugar à porta fechada, adiantou Maria de Belém Roseira, a deputada socialista que dirige os trabalhos de inquirição.

“No início da comissão, decidiu-se que as reuniões são públicas, a não ser que os depoentes estejam sujeitos a qualquer limitação. Por essa razão, em meu entender, o Dr. Oliveira Costa deve ser ouvido à porta fechada”, adiantou a presidente da comissão de inquérito ao **Negócios**.

Ontem, vários deputados que integram a comissão desconheciam as circunstâncias em que a audição do ex-presidente do BPN terá lugar ao início da tarde de hoje. No entanto, admitiam avaliar uma eventual proposta para que a reunião tivesse lugar em privado, adiantando que só decidiriam como votar depois de conhecerem os fundamentos e argumentos apresentados.

“Desconheço totalmente qualquer proposta nesse sentido. A mi-

nha posição depende das condições e dos fundamentos que possam ser apresentados”, adiantou Honório Novo, deputado do PCP que é vice-presidente da comissão. Nuno Melo, que representa o CDS-PP, também disse desconhecer qualquer proposta de ouvir Oliveira Costa à porta fechada, sublinhando que só se pronunciará depois de conhecer as razões que a motivem. Ambos optaram também por não antecipar as questões que vão colocar ao antigo gestor do banco.

Ex-gestor pode recusar responder a perguntas que o incriminem

Independentemente da forma como decorra a reunião, o ex-presidente do BPN pode sempre recusar responder a questões, alegando que se o fizesse estaria a pôr em causa a sua defesa, como noticiou ontem a Lusa. Esta possibilidade resulta do facto de Oliveira Costa estar já pronunciado por vários crimes, que vão desde fraude fiscal qualificada, burla qualificada, falsificação, abuso de confiança agravada, falsificação, infidelidade, branqueamento de capitais a aquisição ilícita de ações. Por este motivo, o gestor está em prisão preventiva desde Novembro último, situação que deverá manter-se até ser deduzida acusação contra o antigo homem-forte do BPN.

As irregularidades que terão sido cometidas no banco durante os



José de Oliveira Costa | O antigo presidente do BPN está em prisão preventiva desde Novembro. Foi pronunciado por sete crimes, desde burla qualificada a abuso de confiança agravada.

Supervisores vão à AR falar do impacto da crise financeira

➔ O governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, o presidente da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), Carlos Tavares, e o presidente do Instituto de Seguros de Portugal (ISP), Fernando Nogueira, vão à comissão parlamentar de Orçamento e Finanças falar sobre a crise financeira internacional e o seu impacto em Portugal, confirmou Jorge Neto, o deputado que lidera aquela comissão, ao **Negócios**.

Ainda antes dos responsáveis dos supervisores, será a vez de o ministro das Finanças, Fernando Teixeira dos Santos, se pronunciar indirectamente sobre a crise. O governante vai deslocar-se àquela comissão parlamentar a 21 de Janeiro para falar sobre o Pacto de Estabilidade e Crescimento e o Orçamento do Estado, que teve que ser alterado por causa do actual contexto económico e financeiro.

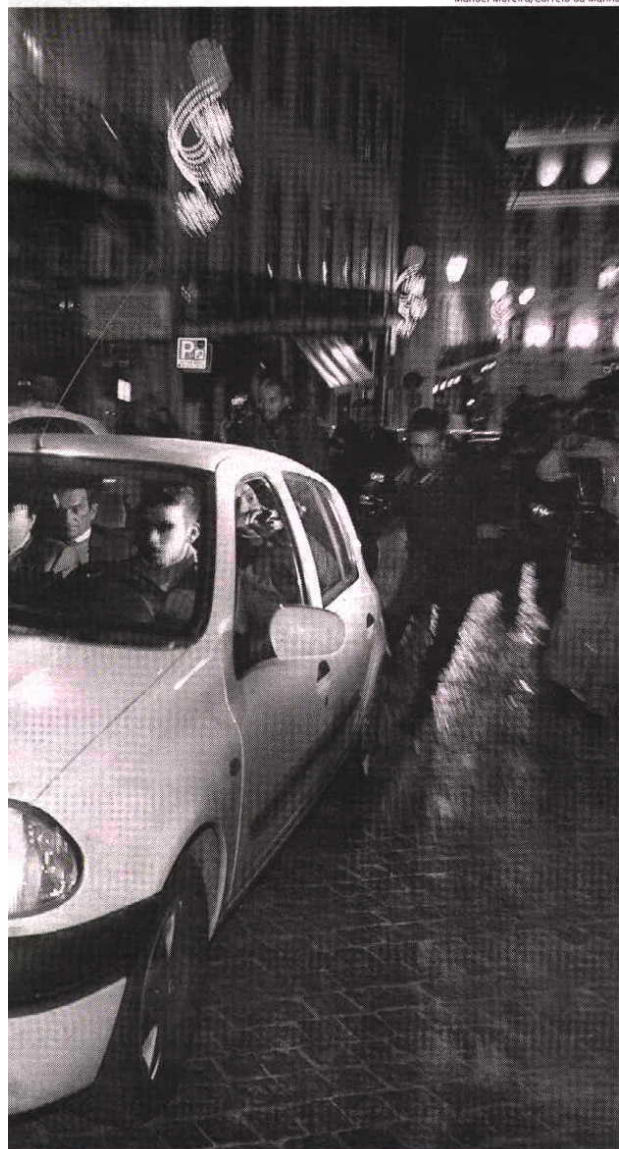
Um dia depois será a vez de Vítor Constâncio ir à comissão de Orçamento e Finanças falar sobre a crise e o seu impacto em Portugal. A 28 de Janeiro, o presidente da CMVM abordará o mesmo tema e avançará com propostas para reformar o funcionamento do sistema financeiro, no sentido de aumentar a sua transparência. A ronda de audições aos responsáveis máximos das autoridades de supervisão financeira ficará concluída com a ida do líder do ISP à Assembleia da República a 4 de Fevereiro.

exercícios em que Oliveira Costa foi presidente do BPN resultaram em perdas superiores a 700 milhões de euros, prejuízos que, perante a crise financeira internacional, acentuaram as dificuldades da instituição em Outubro último. Ao ponto de o então presidente, Miguel Cadilhe, ter solicitado apoio financeiro do Estado. O Governo recusou o plano proposto por Cadilhe, optando por nacionalizar a instituição.

É precisamente para apurar as circunstâncias que levaram o Executivo de José Sócrates a optar pela nacionalização do BPN e para avaliar a actuação da supervisão que a comissão de inquérito foi constituída. Além de Oliveira Costa, a comissão pretende ainda ouvir três antigos gestores do BPN, assim como os dois últimos responsáveis pela supervisão do Banco de Portugal.



Manuel Moreira/Correio da Manhã



Substituto de João Rendeiro na Privado Holding eleito a 30 de Janeiro

Maria João Gago
mjgago@mediafin.pt

Os accionistas da Privado Holding, sociedade gestora de participações sociais (SGPS) que detém a totalidade do Banco Privado Português (BPP), vão eleger o novo presidente e os restantes membros do conselho de administração da "holding" na assembleia geral (AG) agendada para o próximo dia 30 de Janeiro. O nome do substituto de João Rendeiro, que renunciou à liderança da SGPS em Dezembro último, será conhecido nos próximos dias, na sequência dos contactos que têm sido desenvolvidos pelos accionistas da instituição.

Na AG, os investidores da Privado Holding, entre os quais o próprio Rendeiro, além de Francisco Pinto Balsemão e Stefano Saviotti, entre outros, vão ainda deliberar sobre o aumento de capital da sociedade. De acordo com a convocatória da reunião, a assembleia vai votar uma proposta de reforço dos fundos próprios da instituição "em montante total a definir, mas não inferior a 60 milhões de euros". Estes fundos destinam-se, em parte, a financiar o provável aumento de capital que a nova administração do BPP, liderada por Fernando Adão da Fonseca, defende, como forma de ajudar a resolver o problema dos clientes que têm aplicações de capital garantido que não estão registadas no balanço do banco.

Entre as medidas de financiamento previstas na agenda da assembleia estão também a emissão de obrigações, que poderão ser convertíveis em acções, ou outros títulos de dívida.

A convocatória da AG prevê ainda a análise do plano de nomeamento do BPP, que a gestão nomeada pelo Banco de Portugal tem em curso, assim como do estudo sobre a situação da Privado Holding encomendado à Deloitte. No entanto, ao que o **Negócios** apurou, estes pontos deverão cair da agenda.

O mesmo irá acontecer com a proposta de alteração de estatutos que previa a criação de um conselho geral e de supervisão, órgão que passaria a eleger a administração executiva. O **Negócios** sabe que esta proposta, que chegou a ser apontada como uma solução para a governação da SGPS, foi abandonada, tendo-se optado por limitar as alterações na organização societária à renovação da equipa de gestão.

As propostas que de facto vão ser submetidas à assembleia serão disponibilizadas amanhã na sede da Privado Holding. Só nessa altura se saberá quantos membros terá o novo conselho de administração e qual será a sua composição. O novo elenco deverá ser significativamente encurtado – a equipa cessante, cujo mandato acaba a 31 de Janeiro, tem nove elementos –, mas deverá continuar a incluir accionistas da SGPS.



João Rendeiro | Gestor sai da gestão da "holding" no final deste mês.

OS SENHORES QUE SE SEGUEM NA COMISSÃO DE INQUÉRITO AO BPN

- 1.** José de Oliveira Costa: líder do BPN entre 1997 e Fevereiro de 2008, está preso preventivamente e está pronunciado por sete crimes.
- 2.** Miguel Cadilhe: gestor liderava o BPN quando foi decidida a nacionalização, que Cadilhe diz ter sido uma decisão política.
- 3.** Manuel Dias Loureiro: foi gestor do BPN quando Oliveira Costa era líder e disse ter avisado o Banco de Portugal de certas suspeitas.
- 4.** António Marta: foi vice-governador do BdP com a área da supervisão e diz que Dias Loureiro lhe garantiu não haver problemas.
- 5.** Pedro Duarte Neves: o actual responsável pela supervisão bancária estava em funções quando foi decidida a nacionalização.
- 6.** Abdool Vakili: o presidente do Banco Efisa foi líder interino do BPN entre a saída de Oliveira Costa e a nomeação de Miguel Cadilhe.

Tribunal vai ouvir BPP sobre providência cautelar

➔ O juiz que está a apreciar a providência cautelar apresentada por clientes do Banco Privado Português (BPP), representados pelo escritório de advogados MHG & Associados, quer ouvir a instituição financeira liderada por Fernando Adão da Fonseca antes de tomar uma decisão sobre aquele pedido. "O juiz entendeu citar o banco, apesar de ter sido requerido que o BPP não fosse citado", adiantou Manuela Glória, advogada da sociedade que representa os clientes queixosos, que pretendem impedir o BPP de usar o empréstimo de 450 milhões de euros. O Banco Privado já foi notificado da pretensão do tribunal e deverá responder por escrito antes de ser agendada a audição dos seus representantes. Manuela Glória acredita que as

testemunhas, incluindo responsáveis do próprio banco, serão ouvidas até ao final de Janeiro. Assim, a decisão sobre a providência cautelar já só será tomada em Fevereiro. Independentemente deste processo, o BPP já usou um pouco mais de metade do empréstimo obtido junto de seis bancos para reembolsar os depósitos cujo resgate foi solicitado por vários clientes – segundo determinou o Banco de Portugal, o dinheiro só pode ser usado para pagar compromissos registados no balanço, e não aplicações que, mesmo tendo capital garantido, não são equivalentes a depósitos. Em simultâneo, os advogados do BPP e da MHG estão a negociar uma solução para os clientes que têm aplicações de "retorno absoluto", que deve ficar fechada este mês.



BPP já usou um pouco mais de metade do crédito de 450 milhões para pagar depósitos e está a negociar uma solução para clientes com produtos de "retorno absoluto".



Antigo líder do Banco Português de Negócios vai hoje ao Parlamento mas poderá não responder aos deputados

● O antigo presidente do Banco Português de Negócios (BPN), Oliveira e Costa, vai estar hoje presente na Assembleia da República no âmbito da Comissão de Inquérito Parlamentar à supervisão e à situação que levou à nacionalização do BPN, mas poderá não responder a muitas das questões colocadas pelos deputados.

O PÚBLICO sabe que o juiz de instrução criminal que lidera o processo-crime que decorre contra Oliveira e Costa enviou um ofício à comissão parlamentar de inquérito onde sublinha que o arguido se encontra ao abrigo do segredo de justiça e que já

exerceu o seu direito a não prestar declarações no âmbito do inquérito em curso e que tal estatuto lhe deve ser concedido nas matérias coincidentes com a do processo-crime.

Assim, Oliveira e Costa - que segundo o mesmo ofício está a ser representado judicialmente pelo advogado Leonel Gaspar - poderá não vir a responder às questões colocadas pelos deputados.

Esta defesa do antigo líder do Grupo Sociedade Lusa de Negócios (SLN) e do BPN poderá, assim, ser-lhe útil até porque, segundo fontes judiciais citadas pela agência Lusa, “[Oliveira

e Costa] poderá não conseguir dar algumas respostas sem pôr em causa a sua defesa no processo de que é arguido”.

Oliveira e Costa deverá, por isso, abster-se de responder a questões que o possam incriminar - um direito seu enquanto arguido - mesmo que os partidos que integram a Comissão de Inquérito Parlamentar à Nacionalização do BPN cheguem a acordo quanto a pedirem o levantamento do sigilo de justiça e do sigilo bancário, nas audições em curso. “Parece-me a atitude mais inteligente a tomar. Independentemente da circunstância, o

arguido tem o direito a nunca se auto-incriminar”, afirmou à Lusa, por sua vez, o advogado Francisco Teixeira da Mota, que é especializado em Direitos, Liberdade e Garantias.

O antigo presidente do BPN, que se encontra em prisão preventiva por suspeitas de burla, branqueamento de capitais e outros crimes alegadamente cometidos quando se encontrava à frente do banco, vai ser ouvido pela comissão de inquérito parlamentar às 14h30. A comissão é presidida pela deputada socialista Maria de Belém. **Leonete Botelho com Lusa**

BANCA ■ EXISTEM 250 COLABORADORES COM VÍNCULOS PRECÁRIOS

Medida.
Para preservar os trabalhadores do BPN que estão no quadro, Francisco Bandeira tem que cortar nos contratados.



FOTOMONTAGEM CM

BPN dispensa trabalhadores

■ Não existe negócio para tantos funcionários. Plano de recuperação ainda este mês

● MIGUEL ALEXANDRE GANHÃO

O Banco Português de Negócios (BPN) não vai renovar os contratos com 33 colaboradores. Segundo apurou o **Correio da Manhã** junto de fontes da instituição existem 250 trabalhadores com contratos a prazo, 14 dos quais terminam no final de Janeiro e 19 no final de Fevereiro.

A intenção da administração, liderada por Francisco Bandeira, é preservar todos os contratos dos trabalhadores que pertencem aos quadros do BPN, o que implica a não renovação daqueles que se en-

🔍 PORMENORES

● **213 AGÊNCIAS**
Segundo dados do BPN relativos a 2007, o banco contava com um total de 213 agências, quatro das quais em França.

● **1875 COLABORADORES**
Nos principais indicadores de actividade do BPN para 2007, o banco registava 1875 colaboradores.

● **COMPRA DA REDE**
Existem vários interessados na compra da rede comercial do BPN, o que, a concretizar-se suspenderia a dispensa de funcionários.

contram com um vínculo precário à instituição.

“Actualmente o banco não tem negócio que suporte a entrada para o quadro de novos elementos”, afirmou ao **CM** uma fonte do BPN. Uma decisão que pode ainda ser alterada se, entretanto, aparecerem interessados à compra do Banco Português de Negócios.

Segundo o decreto de nacionalização cabe à administração nomeada pelo Estado proceder, no prazo de 60 dias, à definição dos objectivos de gestão do BPN, acautelando, designadamente, os interesses dos depositantes, os interesses patrimoniais do Estado e dos contribuintes e a defesa dos direitos dos trabalhadores.

O plano de recuperação do banco deverá ser apresentado ainda este mês, contemplando três cenários. ■



BANCA

Caixa Geral de Depósitos quer acabar com marca Banco Português de Negócios

Pedro Aperta

**Francisco Bandeira** | O presidente do BPN desde Novembro admite que encontrou no banco um cenário "bastante pior" que o imaginado à data da nacionalização.

O Governo deve receber hoje as propostas da CGD para o futuro do BPN. Há vários interessados na operação do Brasil

Filipe Paiva Cardoso
filipecardoso@mediafin.pt

A Caixa Geral de Depósitos (CGD) não irá manter a marca Banco Português de Negócios (BPN) "viva", caso a entidade acabe por ficar na sua esfera. "A marca está gasta, não está pujante. A confiança é um valor importantíssimo para um banco e com tudo o que aconteceu...", reconheceu Francisco Bandeira, vice-presidente da CGD e actual presidente do BPN, em declarações ao **Negócios**. "Mas se a opção acabar por ser a venda, os futuros accionistas é que terão que decidir", sublinhou.

Na altura da nacionalização do banco, em Novembro do ano passado, foram dados 60 dias à CGD para elaborar e apresentar uma proposta para o futuro do BPN, prazo esse que agora termina. Por essa razão, e durante esta segunda-feira, as administrações dos dois bancos vão apreciar e entregar a proposta - cujos últimos detalhes ficaram acertados sábado - ao Governo, de forma a que este decida o que fazer com o BPN. "Vamos demonstrar agrado por uma [das soluções propostas], que pode ter várias 'nuances', e depois o accionista marcará uma data para discutir connosco", explicou Francisco Bandeira. A discussão com o accionista não tem prazo de-

finido, podendo ocorrer ainda esta semana ou apenas na próxima.

Questionado na última sexta-feira pelo **Negócios** sobre qual o "timing" em que poderia acontecer uma decisão ou discussão sobre este "dossier", fonte oficial do Ministério das Finanças referiu "que o prazo ainda não terminou e, só após esse momento, é que, oportunamente, serão divulgados os desenvolvimentos desta situação".

Entre as hipóteses para o futuro do BPN incluídas no documento a ser entregue ao Estado deverão constar as opções de integrar o banco no "Universo CGD", mantê-lo independente mas reconvertendo-o em banco especializado num segmento com outra marca ou, então, vendê-lo, seja como um todo ou em "fatias".

"Há um conjunto de interessados" no BPN Brasil

Sobre os vários rumores a circular em relação ao futuro do BPN e de eventuais compradores da actividade deste banco, Francisco Bandeira, por ora, desvaloriza já que, como diz, "ninguém pode estar interessado em algo que ainda nem está à venda". O responsável assume, todavia, "que há já um conjunto de interessados na operação do Brasil [do BPN]" mas, sublinha, "se decidir-

mos vender, logo veremos se apresentam propostas".

A operação do BPN no Brasil é detida em 80% pela "casa-mãe" e em 20% pelo Banco Africano de Investimento, e foi lançada em 2003 focado nas pequenas e médias empresas. Actualmente, conta com correspondentes bancários em várias regiões, como São Paulo, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. No primeiro semestre de 2008, o BPN Brasil registou um lucro de 2,1 milhões de reais - 694 mil euros à cotação actual -, naquele que foi o quarto semestre consecutivo de resultados positivos.

"Cenário bastante pior" do que o imaginado

Francisco Bandeira foi nomeado presidente do BPN nos primeiros dias de Novembro e agora, volvidos dois meses "no terreno", admite que o que encontrou no banco "era bastante pior do que aquilo que era conhecido à data da nacionalização".

"O cenário que encontrei confirmou e evidenciou que não havia outro caminho a tomar que não a nacionalização" do banco, reconheceu ao **Negócios**, detalhando, contudo, que não foi surpreendido já que entrou no BPN "preparado para o pior" dos cenários.

Banco corta remuneração de depósitos

→ O Banco Português de Negócios (BPN) já está a reduzir as rendibilidades oferecidas nos depósitos a prazo. Os clientes que procurarem a entidade para subscrever as ofertas de aplicações a prazo já não encontrarão o leque de produtos do BPN que ofereciam taxas de remuneração de 7%, 8% ou mais nos depósitos a prazo. Esta alteração aplica-se, também, aos clientes que procurarem renovar os depósitos que já têm, após o seu vencimento, praticando agora a instituição, nacionalizada em Novembro do ano passado, taxa de remuneração dos depósitos a prazo entre os 3,5% e os 4%. Um "apanhado" feito pela Deco em final de Novembro concluía que o BPN, Banif e Popular eram as entidades mais generosas nos depósitos a prazo.

”

A marca BPN está gasta... não está pujante.

O cenário que encontrei [no BPN] era bastante pior do que aquilo que era conhecido à data da nacionalização.

Há um conjunto de interessados na operação no Brasil.

Francisco Bandeira
Presidente Banco Português Negócios



Queixa-crime. DIAP de Lisboa recebeu queixa do empresário Joaquim Sousa Lima

Ex-gerente do BPN acusado de desviar seis milhões

Bancário oferecia rendimentos de 30% a quem investia em 'offshores'

Pelo menos um cliente do balcão Banco Português de Negócios (BPN) das Amoreiras, em Lisboa, fez queixa por burla contra o gerente da dependência que, alegadamente, terá desviado cerca de seis milhões de euros de clientes para contas *offshore*.

Segundo apurou a agência Lusa junto do Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) de Lisboa, a queixa foi feita na terça-feira pelo empresário Joaquim Sousa Lima contra José Manuel Gama Pereira, que até ao final de 2008 geria o balcão do Centro Comercial das Amoreiras.

Apesar da confirmação do DIAP, Joaquim Sousa Lima nega que tenha apresentado queixa, admitindo contudo "uma divergência numa conta que tinha na agência das Amoreiras". "Nada mais do que isso. Nem sequer posso, neste momento, estar a dizer o que é", disse Sousa Lima.

De acordo com fontes bancárias, a burla atingirá cerca de seis milhões de euros. José Manuel Gama Pereira oferecia a clientes rendimentos de 30% caso estes concordassem em fazer depósitos na Instituição Financeira Internacional (IFI) do BPN em Cabo Verde, de onde depois retirava o dinheiro.

A fraude, segundo as mesmas fontes, implicou também a falsificação de assinaturas de clientes para transferir dinheiro para as contas *offshore*. A operação terá tido início no ano 2000 e atingiu maiores proporções em



RODRIGO CABRITA

BPN, presidido por Francisco Bandeira, tem mais um caso de alegada fraude

2004. No final de 2008 o banco transferiu José Manuel Gama Pereira do balcão das Amoreiras para o balcão do bairro lisboeta de Campo de Ourique. Foi então que a fraude foi descoberta, quando os antigos clientes de Gama Pereira se dirigiram ao novo gerente para pedir informações sobre as suas aplicações financeiras, das quais não existiam vestígios, também de acordo com as mesmas fontes bancárias.

O departamento de auditoria do BPN também já iniciou uma investigação interna

a José Manuel Gama Pereira, que, segundo quem o conhece, aparentava sinais exteriores de riqueza. Entre outros bens, o bancário possuía um todo-o-terreno *Porsche Cayenne* e um descapotável *Mercedes SLK*. Neste momento, fonte conhecedoras do processo garantem que José Manuel Gama Pereira está em paradeiro incerto.

Contactada pela Lusa, a administração do BPN, banco liderado por Francisco Bandeira desde a nacionalização, escusou-se a fazer quaisquer comentários. ■ LUSA

Colecção 'egípcia' do BPN "é falsa"

Aquisição. Banco, ainda liderado por Oliveira Costa, comprou colecção a investidor português de 2004 a 2006

A colecção de arte 'egípcia' que o BPN comprou por 5 milhões de euros integra peças falsas e outras de autenticidade muito duvidosa, disse à Lusa o director do Museu Nacional de Arqueologia, Luís Raposo. "O que lhe posso dizer, através dos contactos que fiz e das fotografias que vi dessa colecção, e sobretudo do relatório da conservadora do Museu Nacional de Arqueologia que encarreguei de estudar o assunto, é que tenho a convicção absoluta e noutros casos a certeza, de que são peças na maior

parte falsas, não são autênticas", afirmou Luís Raposo. A colecção, que foi comprada pelo BPN durante a presidência de Oliveira Costa (actualmente detido) e que tem sido descrita na imprensa como "egípcia", integra os activos classificados como "extravagantes" pelo presidente da SLN, Miguel Cadilhe, sendo composta por várias dezenas de peças trabalhadas em ouro que alegadamente remontam à Idade do Cobre (calcolítico) e por estatuetas em pedra que representam a deusa da fertilidade.

"É o facto de dizerem que foram encontradas em território nacional que transporta da presunção de falsidade para a certeza absoluta de falsidade. É totalmente impossível encontrar este tipo de peças em território nacional", diz o arqueólogo especializado no período pré-histórico. A intervenção do Museu Nacional de Arqueologia teve lugar em 2005, a pedido do Instituto Português de Museus (IPM), numa altura em que as peças já se encontravam na posse do BPN mas em que a venda não estava ainda concluída. Fonte policial disse também à Lusa que "existem muitas dúvidas" a respeito da autenticidade da dita colecção que o BPN comprou a um colecionador privado português entre 2004 e 2006. A Lusa tentou ainda obter esclarecimentos de fonte oficial do BPN, sobre as dúvidas quanto à autenticidade das peças, mas não obteve resposta. ■ LUSA

traz este tipo de peças em território nacional", diz o arqueólogo especializado no período pré-histórico. A intervenção do Museu Nacional de Arqueologia teve lugar em 2005, a pedido do Instituto Português de Museus (IPM), numa altura em que as peças já se encontravam na posse do BPN mas em que a venda não estava ainda concluída. Fonte policial disse também à Lusa que "existem muitas dúvidas" a respeito da autenticidade da dita colecção que o BPN comprou a um colecionador privado português entre 2004 e 2006. A Lusa tentou ainda obter esclarecimentos de fonte oficial do BPN, sobre as dúvidas quanto à autenticidade das peças, mas não obteve resposta. ■ LUSA

TRIBUNAL CONGELA BENS DE OLIVEIRA COSTA

José Oliveira Costa, ex-presidente do Banco Português de Negócios, tem os seus bens arretados por ordem de um tribunal. De acordo com a TVI, o Tribunal Cível da Comarca de Lisboa decidiu também congelar os bens da sua ex-mulher.

lolanda, para quem passou alguns bens após uma separação judicial. A providência cautelar foi pedida pela ex-administração da Sociedade Lusa de Negócios, liderada por Miguel Cadilhe. Oliveira Costa agora pode contestar esta acção.

Sigilo não trava inquérito ao BPN na Assembleia

Maria de Belém Roseira, presidente da comissão parlamentar de inquérito ao BPN, disse ao DN que à luz de um Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 2008, os deputados "tencionam avançar com queixa para o Tribunal de Instrução Criminal nos casos em que considerarem ilegítima a invocação de sigilo profissional por parte das pessoas - antigos ou actuais quadros do BPN ou ligados à sua - para não responderem no Parlamento". Caso se considere que é legítima a invocação do sigilo profissional bancário, os deputados irão, no entanto, suscitador o incidente de quebra de segredo, o que terá de ser feito junto do Tribunal da Relação. O ex-presidente do BPN, Oliveira Costa, vai ser ouvido na Assembleia na terça-feira. -E.C.

REESTRUTURAÇÃO



A administração da SLN continua às voltas com o aumento de capital

SLN arresta bens de Oliveira Costa

Impugnação da AG da SLN está pronta. Cadilhe consegue arresto de bens de Oliveira Costa

A Sociedade Lusa de Negócios (SLN) tem em mãos um parecer do jurista Menezes Cordeiro para avançar com a anulação do aumento de capital aprovado na Assembleia Geral (AG) de 18 de Dezembro. O documento, com 196 páginas, fundamenta a anulação da Operação Cabaz com base em vários factores, tais como a "alteração das circunstâncias", por via da nacionalização do BPN, principal activo da SLN, e pelo facto de o conselho de administração "desconhecer" a real situação do BPN, à data em que avançou com a operação.

O parecer refere mesmo que "é impensável validar uma deliberação de aumento de capital quando o órgão que a tenha aprovado não disponha de informação correcta ou, no limite, ignore, pura e simplesmente, a real situação da entidade emite". Uma posição assumida por Miguel Cadilhe perante os

accionistas na AG quando deu conta de que não sabia dos prejuízos a que o grupo estava exposto quando assumiu funções. O documento refere ainda que a forma como foi montada a Operação Cabaz, em três fases, deixa em aberto o facto de um qualquer accionista poder requerer a nulidade da mesma. Foi, aliás, o que acabou por acontecer quando a SLN Valor propôs a anulação do aumento de capital em AG e esta foi aprovada. Mas que suscitou desde logo dúvidas quanto ao seu propósito.

É por estar contra a anulação do aumento de capital que Apriégio Santos, presidente do clube desportivo Naval 1º de Maio e accionista da SLN, decidiu impugnar a AG. O advogado de Apriégio Santos diz que a acção avança na próxima semana, o mais tardar até 19 de Janeiro, último dia para impugnar a AG.

Em causa está, sobretudo, o facto de os accionistas que acor-

reram à primeira fase da Operação Cabaz, entre os quais a SLN Valor, ganharem o estatuto de credores com esta anulação, colocando os accionistas que não foram ao aumento de capital em desvantagem em caso de insolvência da sociedade. Na mesma acção será pedida a anulação das opções estratégicas do grupo. Estas, como refere o advogado do accionista, foram aprovadas "às cegas" pelos accionistas, já que não foram dadas quaisquer explicações.

Entre alguns accionistas e quadros da SLN e do BPN há mesmo quem questione por que razão o Estado, que nacionalizou o banco e é um dos principais credores do BPN, não avançou com a anulação do aumento de capital já que as dívidas da SLN ao BPN "rondam os €500 milhões". Uma questão pertinente já que se a SLN entrar em insolvência, o buraco do BPN irá aumentar. A SLN diz não ter sido

Comissão já não se entende

A Comissão Parlamentar de Inquérito ao BPN chegou a consenso sobre a audição de Oliveira Costa, fundador do banco, Miguel Cadilhe, ex-presidente, Dias Loureiro, ex-administrador da SLN, e António Marta, ex-vice-governador do Banco de Portugal (BdP). Mas as hostilidades estão abertas pelo facto de o PS ter impedido que o governador do BdP, o ministro das Finanças e o actual presidente do BPN fossem chamados. A comissão deparou-se com a dificuldade de acesso a informação pedida ao BdP, que invocou sigilo.

ainda notificada de qualquer pedido de impugnação.

Providência da SLN contra gestores do BPN foi aceite

A providência cautelar de arresto de bens (imóveis e contas bancárias) intentada contra José Oliveira Costa, ex-presidente do BPN, preso preventivamente, e a sua mulher devido à separação judicial de bens do casal foi diferida. Requerida pela SLN, com o argumento de que a gestão da anterior administração lesou os accionistas e conduziu à nacionalização do banco, foi favorável ao BPN e não à SLN, mas será esta a dar seguimento ao processo. A providência incidia ainda sobre os bens dos ex-administradores António Franco e Francisco Sanches, mas quanto a este último foi indeferida.

ISABEL VICENTE

isvicente@expresso.imprensa.pt



Quando a maré baixa, o lodo fica a descoberto. A crise do BPN coincide com a do BPP mas é inteiramente diferente

Do BPP ao BPN

J.L. Saldanha Sanches

O BPP está em dificuldades tal como está o BPN. Talvez o BPP venha exigir, tal como o BPN, financiamentos por parte dos contribuintes. Num e noutra caso, o Estado deverá ajudar os depositantes, mas não os accionistas.

As semelhanças param aqui.

Ainda é muito cedo para falar e ninguém deve saber ainda qual a extensão do desastre mas tudo indica que o BPP foi a vítima portuguesa da onda de loucura e irresponsabilidade que varreu a banca mundial.

Trata-se da nova banca com os novos produtos financeiros muito mais rentáveis que os tradicionais, os produtos estruturados e outras ilusões contabilísticas com a importação do que de mais avançado se ia encontrando por esse mundo fora.

O dr. João Rendeiro introduzia gloriosamente em Portugal aquilo a que o dr. António Borges chamava a maior invenção do século, pondo-a ao alcance dos seus clientes portugueses.

Uma ilusória sofisticação financeira que acabou como se sabe. Provavelmente depois dos erros as irregularidades do costume quando tudo começa a correr mal e se procura manter os ganhos com recurso a produtos ainda mais arriscados, com desrespeito da vontade expressa pelos clientes e violação de contratos.

Tudo isto é grave e o facto de ter acontecido por toda a parte não pode servir de desculpa. Não tem é nenhuma relação com o que passou no BPN.

O facto de a crise BPN ter acontecido no meio de outras

crises não se deve ao facto de o BPN — a julgar pelo que se vai vendo por aí — pertencer à onda da nova banca e dos novos produtos financeiros e de ter à sua frente gente embriagada pelos novos produtos e pelos novos investimentos.

O contraste com o BPN não poderia ser maior. Aí não temos gestores embriagados com a nova economia. Temos um bando de gente boçal que compra protecção política para cometer crimes sórdidos sem grande disfarce e sustentados apenas pela impunidade garantida.

As estruturas que nos deviam proteger são fracas, mas o hipergarantismo continua a ter curso

Não vemos por lá gestores com excesso de MBA a transplantar para Lisboa uma pequena Wall Street. O que vemos no BPN é uma importante galeria de figuras políticas que ornamentam os seus relatórios e contas (está tudo na net) e dão cobertura às mais inacreditáveis traficâncias.

A crise do BPN coincide com a crise financeira porque quando esta começa já ninguém investe mais e nesse ambiente as fraudes não podem sobreviver. Quando a maré baixa, o lodo fica a descoberto. Coincide com a do BPP mas é inteiramente diferente desta.

A actuação dos auditores demonstra isso: no caso do BPP, os auditores têm as culpas genéricas que têm os reguladores norte-americanos ou britânicos que aceitam a contabilização de

derivados cujo valor real ninguém conhece ou as empresas de *rating* que garantem a solidez financeira de empresas à beira da falência. Inocentes, não estão. Contudo, em períodos de loucura generalizada, mais vale discutir métodos do que tentar responsabilizar pessoas.

No caso do BPN, os auditores fogem em pânico depois de denunciar o que se passa. No BPP os auditores fazem o mesmo que faziam os dos muitos bancos que só são salvos *in extremis* quando a revolução financeira acaba com um enorme estouro.

Com as regras actuais de supervisão bancária, com o recurso sistemático a *off-shores* e as suas inevitáveis de obscuridade, tudo isto era inevitável.

Só novas regras de supervisão e um regulador menos próximo dos regulados (é urgente uma regulação europeia) podem evitar a repetição.

Já o BPN só pode comparar-se com o extraordinário caso Madoff: avisos foram ignorados e a SEC neutralizada mediante algumas cumplicidades devidamente obtidas.

Em Portugal, se uma qualquer estrutura empresarial tiver suficiente protecção política, pode actuar com absoluta impunidade e cometer duradouramente ilícitos na praça pública sem suscitar qualquer reacção. Tudo depende da protecção política de que disponha.

Fomo-nos acostumando a tudo e as estruturas que nos deveriam proteger são demasiado fracas, o discurso hipergarantista continua a ter curso. É isso que explica os muitos BPN deste país.

Fiscalista



Inquérito ao **BPN** sem Constâncio e Santos

A COMISSÃO Parlamentar de Inquérito ao BPN aprovou na quinta-feira a audição de sete personalidades, mas o PS impediu que fossem chamados Teixeira dos Santos, ministro das Finanças, Vítor Constâncio, governador do Banco de Portugal e Francisco Bandeira, actual presidente do BPN. Os deputados socialistas defendem que querem ouvir todos os visados, mas a seu tempo.

A Comissão Parlamentar admite também levar o BdP a tribunal. Em causa

está a recusa da entidade liderada por Vítor Constâncio, e também do BPN, em disponibilizar informação solicitada pelos deputados, invocando sigilo profissional. Os deputados não aceitam a recusa referindo que o sigilo bancário invocado e a maior parte das respostas fornecidas «**não são fundamentadas**», tendo aprovado por unanimidade o envio de novo ofício a estas entidades invocando o «**princípio de interesse preponderante**». **S.M.R.**

DIREITO DE RESPOSTA

BPN pagava mais para dar comissões

Sobre o artigo intitulado 'BPN pagava mais para dar comissões', publicado na edição de 27 de Dezembro, recebemos de José Monteverde, um dos visados, a seguinte carta:

1. É totalmente falso que o ora signatário tenha tido qualquer contacto com o senhor Jorge Correia, agente imobiliário da família Madeira em qualquer momento anterior, ao da realização da escritura de compra e venda da Quinta do Morgadinho. Com efeito, sempre se diga que o ora signatário ape-

nas esteve com o senhor Jorge Correia por duas vezes, ambas por ocasião daquela escritura, a 1.ª vez, na primeira data agendada para a realização da escritura, que não se veio a realizar, e a 2.ª vez na data em que efectivamente teve lugar a referida escritura de compra e venda.

2. O signatário não tem conhecimento que a Quinta do Morgadinho, tenha sido vendida por preço superior ao inicialmente acordado por forma a existir um «overprice a retornar para terceiros» *in casu* para o ora signatário

e outros. Assim, o preço de venda desta Quinta, tanto quanto é do meu conhecimento, consistiu exactamente no preço que constou da escritura, não tendo o signatário conhecimento de qualquer acordo no sentido de aumentar o preço inicialmente acordado com os vendedores.

3. É assim, também totalmente falso, que ora signatário tenha recebido qualquer comissão resultante da compra da Quinta do Morgadinho, como se publicita na notícia em causa.

4. Acresce, que as mais elementares regras de éti-

ca e particularmente nos termos do art. 14.º n.º 1 e da Lei n.º 1/99, de 13 de Janeiro, com a alteração da Lei n.º 64/2007 de 6 de Novembro (Estatuto do Jornalista) obrigavam neste caso, a que, a senhora jornalista Felícia Cabrita, autora da notícia em causa, procurasse primeiro junto do ora signatário saber da veracidade das acusações que lhe aponta na referida notícia que tão facilmente publicitou.

Ao contrário, com a publicitação da referida notícia, a senhora jornalista autora da notícia em

causa julgou sem provas ou investigação, condenou sem ouvir os acusados e, no mesmo momento da publicação da notícia, aplicou a pena que se traduziu no manchar do bom nome e reputação do ora signatário.

5. Sou leitor do SOL desde o seu início e não esperava ver chegar a este jornal a falta de rigor, seriedade e a ligeireza com que se atinge o bom nome e reputação de pessoas e instituições – infelizmente habitual em certos meios. Estou certo que se tratou de uma vez sem exemplo mas que infelizmente causou ao signatário os maiores transtornos pessoais e profissionais. Contudo, tenho a certeza que V. Ex.ª não deixará de assegurar que situações da natureza da presente não se repetirão no futuro.

6. Temos bem presente

que a Lei de Imprensa determina no seu artigo 3.º que «A liberdade de imprensa tem como únicos limites os que decorrem da Constituição e da lei, de forma a salvaguardar o rigor e a objectividade da informação, a garantir os direitos ao bom nome, a reserva da intimidade da vida privada, a imagem e a palavra dos cidadãos e a defender o interesse público e a ordem democrática». Ora, que rigor e objectividade podem existir quando se publica uma notícia destas sem averiguar da veracidade da mesma, que mais não seja através do contacto com as pessoas directamente visadas pela mesma?

Lamentamos afirmá-lo mas não reconhecemos o jornal SOL na notícia em causa, estamos certos que V. Ex.ª também não.

José Monteverde

**Caso BPN****Deputados aprovaram audições**

José Oliveira e Costa, Miguel Cadilhe, Dias Loureiro e Abdul Vakil são quatro dos sete nomes que a Comissão Parlamentar de Inquérito ao caso BPN vai começar por ouvir.

Os primeiros nomes foram aprovados em sede de comissão, numa sessão que decorreu agitada e sem consenso.

A lista inclui também antigos e actuais responsáveis pela supervisão bancária no Banco de Portugal: António Marta, Carlos Santos e Pedro Duarte Neves.

O PS recusou, na primeira fase, a audição do governador do Banco de Portugal e do ministro das Finanças, atitude que levou Miguel Macedo, do PSD, a dizer que a Comissão de Inquérito "começa mal", com uma "tentativa vã de proteger o governador do Banco de Portugal".

A data para o início das audições ainda não foi marcada.



BPN e BPP

Dois casos que a crise veio pôr a descoberto

O BPN e o BPP tiveram percursos diferentes mas ambos foram atingidos pela crise financeira, que revelou as suas debilidades internas. O BPN foi alvo de uma enorme burla. O BPP arriscou demasiado e perdeu

Cristina Ferreira

● Ao colocar em stress o sistema bancário nacional, a crise financeira mundial está a funcionar como separador de águas, ajudando a revelar as fraquezas das instituições. E já levou as autoridades de supervisão a intervir em dois bancos. Mas só no final, quando os mercados se endireitarem, se saberá realmente quais as instituições com fôlego para resistir.

Ao contrário do que aconteceu, por exemplo, na Bélgica, Holanda, Suécia ou Dinamarca, os bancos comerciais nacionais têm, aparentemente, estado a aguentar os fortes abanões da crise. Com carteiras expostas aos mercados, procuram agora adaptar-se às novas condições económicas de exploração (enquanto empresas), com implicações na rentabilidade e na extensão da actividade. Mas a capacidade de reacção de uma instituição é limitada e se os mercados não corrigirem não é de excluir novos problemas.

Para já, a crise revelou fraquezas em três bancos não cotados (e não sujeitos ao escrutínio sistemático dos mercados): o Finantia (ver caixa), o Banco Português de Negócios (BPN) e o Banco Privado Português (BPP). Estes dois últimos casos são distintos, tendo exigido "remédios" diferentes.

O BPN funciona no segmento de retalho com mais de 300 mil clientes, recebendo depósitos e concedendo crédito; o BPP é um banco de nicho que serve uma elite de cerca de três mil clientes. A natureza dos bloqueios é igualmente distinta. No BPN a

No BPN a crise teve um mérito: desvendar as insuficiências geradas de forma fraudulenta



Devido às apostas de João Rendeiro, pode-se dizer que o BPP foi a verdadeira vítima da crise financeira

crise teve um mérito: desvendar as insuficiências de capital geradas no passado de forma fraudulenta. O banco afundou-se, com problemas de liquidez e de capital. Na origem das dificuldades está uma gigantesca burla, levada a cabo pela gestão de Oliveira e Costa, e "cozinha" mesmo "debaixo das barbas" das autoridades. A assumpção do controlo do Banco Insular quando foi adquirida a Fincor (que dominava a instituição cabo-verdiana), sem autorização do Banco de Portugal (BdP), permitiu a Oliveira e Costa funcionar com um banco paralelo ao BPN e esconder em paraísos fiscais prejuízos e negócios ligados a membros dos órgãos sociais que foram ruinosos para o banco. As autoridades detectaram ainda desvios de dinheiro para contas off-shores. Um movimento alucinante que se prolongou durante sete anos, levou à insolvência da instituição e justificou a intervenção do BdP, nacionalização do banco e prisão de Oliveira e Costa.

Jogar e perder

Por oposto ao BPN, detido por empresários de pequenas e médias empresas, o BPP conta com accionistas conhecidos como Francisco Balsemão, Stefano Saviotti, José Miguel Jüdice (que é ainda presidente da assembleia geral e advogado do BPP), e Diogo Vaz Guedes. No caso do BPP, um banco de investimento com uma base mínima de depósitos e que funciona como gestor de fortunas, a queda das bolsas acabou por mostrar que estava muito exposto aos segmentos de maior risco, o que impediu Rendeiro de honrar os compromissos. Tal como aconteceu com outros pequenos bancos internacionais com idênticas características, o BPP ficou insolvente. Nesse sentido

pode dizer-se que o BPP foi a verdadeira vítima da crise financeira. É neste contexto que, a 24 de Novembro, o seu presidente, João Rendeiro, foi ao Banco de Portugal pedir a intervenção para evitar a falência.

Neste momento João Rendeiro está a ser alvo de protestos por parte de muitos clientes, que alegam existir confusão entre o que são contratos de investimento de risco e contratos com garantia de capital e de rentabilidade, independentemente da valorização da aplicação. Na mira da contestação está ainda a criação de veículos especiais de investimento (off-shores) ao lado do BPP, destinados a aplicar dinheiro de clientes em activos cotados. Um modelo de negócio que, em tempos de turbulência, não deu saúde à gestora de fortunas. Rendeiro convidava os seus clientes (cerca de 80 por cento eram encaminhados para "off-shores") a subscreverem a maioria das acções destas sociedades, sendo que alguns recorriam a crédito dado através do BPP (estima-se que este atinja os 300 milhões de euros). O BPP assumia uma pequena posição no capital, mas nem todas as responsabilidades aparecem reflectidas nas contas extra-patrimoniais.

Para a derrapagem do BPP poderá ter contribuído também uma inversão do modelo de actividade, baseado muito na compra e venda de activos sem preocupação de continuidade, mas apenas de rentabilidade. Enquanto seguiu este esquema, o negócio ia de vento em popa com dividendos claros para todos: accionistas e clientes. Em 2007 João Rendeiro começa a dar sinais de querer ter posições estáveis em empresas. É neste quadro que se intromete na disputa pelo poder dentro do BCP, por via da Privado Financeiras, que adquire 2,3 por cento do

A investida de João Rendeiro nas acções do BCP foi uma das estratégias falhadas que afectaram o BPP



ADRIANO MIRANDA

capital. Contratualiza financiamento, e arrasta consigo accionistas e clientes, que se endividam para se posicionarem ao lado de Paulo Teixeira Pinto contra Jardim Gonçalves. Os títulos são comprados em 2007 ao preço médio de 3,2 euros cada. Mas Rendeiro não segue uma estratégia de curto prazo e não os vende quando chegam a 4,7 euros uma semana antes da assembleia-geral do Verão passado. Nas listas candidatas à governação do BCP adversárias de Jardim encontram-se accionistas dos veículos criados por Rendeiro. Mas as forças que vieram de fora catalisar as hostilidades não saem vencedoras, passando então Rendeiro a apostar na fusão amigável do BCP com o BPI. Puro engano! Nessa altura já os ventos não correm de feição e os mercados estão contaminados pelo "subprime". Em tempos de crise, o BCP será o "Vietname" de empresas (Teixeira Duarte, CGD, BPI) e de investidores (como Joe Berardo e Manuel Fino). Dado o peso elevado na carteira de activos dá-se o efeito mata-borrão. Quem lá se meteu sai ferido ou em estado de agonia. Alguns optam por vender minimizando perdas, como o BPI. Com dívidas por saldar e as acções BCP em carteira, o BPP e os seus clientes (as acções estavam nas suas carteiras) estão a perder mais de 70 por cento do valor investido (na quarta-feira o título fechou a 0,86 cêntimos).

Soluções distintas

Pela natureza das instituições e dos seus bloqueios as consequências do eventual desaparecimento do BPN e do BPP não são iguais. Para resolver problemas diferentes o Governo avançou com soluções distintas, alegando a protecção do interesse público (depositantes e sistema). A precisar de liquidez e de capital, e sem que surgissem, a falência do BPN era o passo seguinte. Dadas as interligações complexas que o banco possui à economia real, e havendo risco sistémico, o executivo optou por nacionalizar a instituição, entregando a gestão ao banco público, a CGD, que já investiu mil milhões de euros. A CGD procura agora um comprador para a rede de retalho.

Já no caso do BPP a falência não fazia temer risco sistémico significativo e as autoridades aconselharam outro caminho. Não há nacionalização (fica nas mãos dos accionistas), nem, para já, se deixa morrer o banco, mas o BdP decide nomear uma administração provisória, liderada por Adão da Fonseca, para saldar compromissos e avaliar a verdadeira situação. Ou seja: estando lá dentro, o BdP tem melhores condições para defender o interesse geral. Mais tarde se verá se o BPP é, ou não, viável.

Neste caso, o Governo envolveu o sector bancário (CGD, BCP, BES, BPI, Totta Santander e Caixa Agrícola), que se recusara a comprar o BPP, contratualizando um empréstimo de 450 milhões de euros para salvar depósitos e pagar empréstimos, com base numa garantia do Estado sustentado em colaterais do BPP. Mas o Estado não avança directamente com liquidez, sendo que metade da verba já foi aplicada.

De certo modo pode dizer-se que existiam pontos de contacto entre o BPP e o BPN, designadamente na semântica das "off-shores" e numa certa opacidade ao nível da actividade. Adão da Fonseca espera agora pelos resultados da auditoria encomendada à Deloitte (ver texto ao lado), que ainda não foi entregue, para aferir se o banco é recuperável e concluir se existem irregularidades no BPP.

Nova gestão do BPP garante capital

Banco defende que clientes têm de esperar

A administração provisória do Banco Privado Português (BPP) garante aos clientes da instituição intervencionada pelo Banco de Portugal o capital investido, mas só se estes não levantarem, antes do final dos prazos contratualizados, as aplicações que realizaram. A decisão inscreve-se no plano de salvação da instituição que está a ser preparado por Adão da Fonseca, e que tem como principal interlocutor o anterior CEO do BPP, João Rendeiro.

A actual gestão do BPP faz um apelo aos clientes para não correrem a resgatar as verbas investidas, de modo a não obrigarem o banco a vender os activos a preços de saldo. Em declarações escritas ao PÚBLICO, a instituição avisa que se o capital que está aplicado em produtos for reclamado antes do prazo o banco não terá condições para cobrir os seus compromissos. Mas salienta que se os clientes permanecerem com as aplicações até ao final das maturidades acordadas, então a gestão assegura o reembolso de todo o capital.

"Podemos esclarecer que o valor das aplicações (obrigações e derivados de obrigações) e que os clientes investiram é, na maturidade (mas só na maturidade), superior ao montante aplicado pelos clientes", disse fonte oficial do BPP ao PÚBLICO. Da mesma forma, adianta que "só não é se as aplicações tiverem de ser vendidas já - como alguns, enganados por outros, pretendem, e dessa forma prejudicando-se a si próprios e a todos".

Adão da Fonseca encomendou à Deloitte uma auditoria aprofundada às contas do BPP, que ainda não foi entregue, e que servirá de base para fixar o montante global investido por clientes em produtos financeiros e a quem foram dadas garantias de retorno da totalidade do capital. O relatório,

admite a mesma fonte do BPP, vai identificar "o diferencial entre as responsabilidades perante os clientes derivadas da indicação de garantia de capital e o valor justo que as aplicações financeiras detidas pelos clientes a quem foi dada essa garantia".

O BPP entende que as aplicações pertencem aos clientes, e que os problemas que surgiram foram desencadeados "por causa da garantia de capital". A garantia de retorno de capital "é também normal, mas, perante o tsunami dos mercados financeiros, que foi totalmente inesperado", a instituição ficou sem condições para "pagar aos clientes antes das obrigações e derivados de obrigações que lhe foram a sua maturidade". O mesmo responsável explicou que o banco necessita agora de se ir financiar "para pagar aos clientes no curto prazo, pagando o banco o financiamento no longo prazo" e que sem este empréstimo os clientes "terão de ficar à espera, o que não é do interesse deles". Advertiu ainda: "Se os clientes exigirem o pagamento já, bloqueando o BPP, terão de se contentar com o que for possível obter numa venda forçada dos títulos no mercado". Isto, concluiu, "será um tiro nos próprios pés".

Quando a João Rendeiro, apesar de ter abandonado no final de Novembro a presidência do BPP, após uma estratégia de investimento das verbas entregues pelos clientes sustentada nos mercados bolsistas que atirou o banco para a insolvência, manteve-se à frente da Privado Holding, sociedade não financeira que controla a totalidade do banco e de que é o maior accionista. É na qualidade de presidente da PH que Rendeiro se posiciona como uma peça importante na definição do futuro da instituição, tendo sido indicado para servir de ponte entre Adão da Fonseca e o capital do BPP.

Supervisão atenta ao BCP, Finantia também sofre

● O BdP está também a olhar para o BCP, não com olhos de salvador, mas de supervisor. A acção decorre na sequência da guerra de poder que envolveu o banco e que levou a que um conjunto de situações registadas no passado fosse alvo de denúncias públicas. Os supervisores, BdP e CMVM, suspeitam de ilicitudes graves que apontam, entre outras coisas, para a eventual manipulação de mercado com utilização indevida de "off-shores" para compra de acções próprias nos aumentos de capital de 2000 e 2001. Ao contrário do caso BPN, a acção da gestão liderada por Jorge Jardim Gonçalves não gerou perdas para o banco. Ao utilizar as "off-shores" quis colmatar insuficiências de fundos próprios. O BdP e a CMVM já deduziram acusações, mas os ex-gestores não são acusados de apropriação danosa.

● A crise financeira abateu-se ainda sobre o Banco Finantia e obrigou o seu líder, António Guerreiro, a contrair um crédito junto da CGD no valor de 200 milhões de euros para problemas de liquidez provocados pelo congelamento dos mercados interbancários e pela crise dos mercados de capitais.

O empréstimo tem por base garantias próprias e não decorre ao abrigo do aval dado pelo Estado aos bancos comerciais que o queiram utilizar.

A instituição é especializada em operações de banca de investimento (não tem balcões nem recebe depósitos).

A crise esgotou o seu modelo de negócio (gestão de carteiras de obrigações e operações de reporte) sustentado nos mercados de capitais e interbancário onde vai levantar fundos.



Reunião da comissão de inquérito ao BPN **PS IMPEDE AUDIÇÃO DE CONSTÂNCIO**

A Comissão Parlamentar de Inquérito ao BPN aprovou ontem a audição de sete personalidades mas o PS impediu, para já, que fossem chamados o ministro das Finanças, o governador do Banco de Portugal e o actual presidente do BPN. Entre aqueles que vão ser ouvidos estão Oliveira e Costa, Miguel Cadilhe e Dias Loureiro. ■



ID: 23377358

09-01-2009



Oliveira Costa chamado ao Parlamento

A Comissão Parlamentar de Inquérito ao BPN aprovou ontem a audição de sete personalidades, mas o PS impediu, para já, que fossem chamados o ministro das Finanças, o governador do Banco de Portugal e o actual presidente

do BPN. Os deputados decidiram chamar a prestar declarações o antigo presidente do BPN, José Oliveira Costa, que está preso preventivamente, o também anterior líder do banco Miguel Cadilhe, o antigo administrador do grupo SLN/BPN,

Manuel Dias Loureiro, e o ex-vice-governador do Banco de Portugal encarregue da supervisão bancária, António Marta. Apesar de estar preso (*ver mais notícia no DN bolsa*), Oliveira Costa pode deslocar-se à Comissão de Inquérito.



Comissão parlamentar chama Dias Loureiro e três ex-presidentes do BPN

Cristina Ferreira

● José Oliveira e Costa, Abdool Vakil, Miguel Cadilhe e Dias Loureiro vão ser chamados a prestar declarações no âmbito da comissão de inquérito parlamentar que vai avaliar os factos que levaram à nacionalização do Banco Português de Negócio (BPN). Os deputados querem ainda ouvir António Marta, Pedro Duarte Neves e Carlos Santos, ligados ao Banco de Portugal e com responsabilidades na área da supervisão.

A comissão de inquérito parlamen-

tar à situação que levou à estatização do BPN e a eventuais falhas de supervisão bancária reuniu-se ontem, no meio de grande agitação, para aprovar a lista de nomes que vão ser ouvidos no quadro das inquirições. A votação final não foi consensual, apesar de todos os deputados presentes concordarem com a proposta aprovada. Na primeira ronda de audiências vão ser convocados os três ex-CEO que exerceram funções até à estatização do BPN: Oliveira e Costa (detido acusado de burla), Vakil, Cadilhe. E ainda Dias Loureiro, que foi administrador e

accionista do grupo. A oposição questionou o PS por ter travado a ida nesta primeira fase a São Bento do ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, do governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, e do actual presidente do BPN, Francisco Bandeira (indicado pela CGD). Todos eles com ligações ao universo do Governo. Miguel Macedo, do PSD, Nuno Melo, do PP, e João Semedo, do BE, defenderam que a sua presença é essencial para apurar a verdade sobre a falência do BPN. A ordem de nacionalização do BPN partiu de Teixeira dos Santos, enquanto a supervisão do banco na última década esteve nas mãos de Vítor Constâncio.

Nuno Melo esteve durante o encontro focado em levar a depor Vítor Constâncio, que tem sido alvo de um ataque cerrado por parte do PP, enquanto Miguel Macedo tentou convencer os presentes que a "chamada" de Dias Loureiro não era prioritária. Loureiro esteve envolvido no negócio de compra de duas tecnológicas em Porto Rico, falidas, e cuja transacção não consta das contas do banco. Do lado vendedor esteve um amigo libanês de Dias Loureiro, Al-Assir.

Numa segunda fase de audiências os nomes sujeitos a serem chamados são os de Vítor Constâncio, Teixeira dos Santos, Joaquim Coimbra (accionista da SLN, antiga holding do BPN), Jorge Coelho e Vieira Jordão.



Comissão parlamentar quer mais informações sobre o caso BPN